

A (des)estabilização da categoria “mulher”

Camila Vicente Colaço Conceição¹
Vânia Sandeleia Vaz da Silva²

Resumo: Qual a necessidade da definição consensual do que seria uma “mulher” para a luta política das mulheres? Para contribuir com a resposta a esta questão, faremos uma breve análise sobre a estabilização e por vezes desestabilização da categoria “mulher”. Apresentamos como a “mulher” é definida em quatro momentos diferentes. Primeiro, a visão cristã e a freudiana, por meio da crítica de Simone de Beauvoir. Depois, as concepções feministas radicais – que postularam a mulher como uma categoria universal e que tendiam, por vezes, ao essencialismo biológico. Seguindo, as consequências teóricas das críticas avançadas pela noção de interseccionalidade que – desde o século XIX (com o Feminismo Negro) culminando nos anos 1980 (com diversas novas abordagens) – trazem à luz do debate as diferentes experiências que as mulheres vivenciam em razão de outras variáveis (como raça, classe social, etnia). Por fim, tratamos das críticas ao binômio sexo/gênero e outros binarismos, repensando a viabilidade da categoria “mulher” como sujeito político do feminismo. Levando em conta a multiplicidade das subjetividades e individualidades e diversas vivências ou experiências das mulheres, constatamos que é complexo trabalhar com definições essencialistas da categoria “mulher”. Como as teorias pós-modernas e teorias *queers* mostraram é problemático estabelecer parâmetros pelos quais “pessoas” deveriam ser enquadradas em “categorias identitárias fixas” para viabilizar a luta política.

Palavras-chaves: Mulheres; Gêneros; Feminismos.

¹ Mestranda no programa de pós-graduação em Sociologia da UEL (Linha de pesquisa: Desigualdades, Cidadania e Cultura, com bolsa de dedicação exclusiva pela CAPES). Graduada em Ciências Sociais (UNIOESTE - Toledo, 2021). Pesquisa sobre gênero, identidade, decolonialidade e cuidado (epistemologia feminista). E-mail: camilavicenterh@outlook.com.

² Doutora em Ciência Política (USP). Mestre em Ciência Política (USP). Graduada em Ciências Sociais (UFPR). Professora de Ciência Política no Curso de Ciências Sociais na Unioeste (Toledo). E-mail: vaniasandeleiavazdasilva@yahoo.com.

The (de)stabilization of the “woman” category

Abstract: What is the need for a consensual definition of what a “woman” would be for the political struggle of women? To contribute to the answer to this question, we will make a brief analysis of the stabilization and sometimes destabilization of the category “woman”. We present how “woman” is defined in four different moments. First, the Christian and Freudian views, through Simone de Beauvoir’s critique. Then, the radical feminist conceptions – which postulated women as a universal category and which sometimes tended towards biological essentialism. Following, the theoretical consequences of the criticism advanced by the notion of intersectionality that – since the 19th century (with Black Feminism) culminating in the 1980s (with several new approaches) – bring to the light of the debate the different experiences that women live due to other variables (such as race, social class, ethnicity). Finally, we deal with criticisms of the sex/gender binomial and other binarisms, rethinking the viability of the category “woman” as a political subject of feminism. Taking into account the multiplicity of subjectivities and individualities and different experiences of women, we found that it is complex to work with essentialist definitions of the category “woman”. As postmodern theories and queer theories have shown, it is problematic to establish parameters by which “people” should be framed in “fixed identity categories” to make political struggle viable.

Keywords: Women; Genres; Feminisms.

Introdução

Desde os primeiros movimentos que visavam à emancipação feminina a categoria mulher passou por transformações, acompanhadas de mudanças epistemológicas. Qual a necessidade de uma definição “consensual” do que seria uma “mulher” para a luta política pela emancipação das mulheres? Para contribuir na resposta a esta questão, faremos uma breve análise sobre a estabilização e por vezes desestabilização da categoria “mulher”. Vamos mostrar como a “mulher” foi definida e redefinida e como tais processos estão relacionados com as lutas políticas das mulheres. Analisamos quatro momentos não lineares, pois tal separação é apenas um recurso metodológico.

Começamos analisando as concepções não feministas a respeito da mulher: estudos feitos por homens nos quais a mulher era definida como todo ser humano que nasceu com a anatomia de fêmea. Para abreviar tal análise partimos das críticas de Simone de Beauvoir porque faz sentido acessar tais estudos por meio da voz e interpretação de uma das precursoras das ideias que embasaram os movimentos feministas. Destacamos a visão cristã e a psicanalítica que essencializavam e inferiorizavam a mulher em decorrência da forma como relacionavam biologia e destino.

Seguimos para as teorias concomitantes com a segunda onda do feminismo – principalmente o feminismo radical – que defendiam que a subordinação feminina estava ligada à sua função reprodutiva, tendo como principal mote derrotar o patriarcado. O argumento era que existia uma condição biológica que determinava se um indivíduo era mulher; mas havia também uma cultura masculina que impunha aspectos sociais sobre o que seria uma mulher. O corpo tinha um papel fundamental para a concepção de sujeito: dele emanava e para ele convergia toda opressão sexual e desigualdade. Incluímos o início da concepção de gênero nos estudos sobre mulheres para superar problemas que categorias centrais como “patriarcado” apresentavam, devido seu caráter generalizante. As pesquisas mantinham uma dualidade quase essencialista, associando sexo como dado biológico e gênero como construção cultural.

Passamos ao debate trazido pela noção de interseccionalidade que questiona aprofunda os questionamentos a respeito de se as conexões entre as mulheres superam tempo, local e culturas diferentes. O pensamento de que algo unia as mulheres e superava suas diferenças foi criticado por vertentes do feminismo que colocaram atenção nas diferenças que as mulheres reais possuem: a raça, a classe e a orientação sexual, por exemplo, influenciam diretamente o tipo de opressão que cada mulher sofre. Assim, o significado de “mulher” foi ampliado, contestando o caráter moderno, universalizante, generalizante, eurocentrista, colonial e burguês das teorias anteriores.

Por fim, lembramos que não só o gênero, mas também o sexo pode ser pensado como uma construção cultural, como mostra Judith Butler: o simples fato de darmos tanta importância para a diferença sexual configura um aspecto cultural relevante de algumas sociedades. A crítica dos binarismos levanta a questão de que as identidades e subjetividades não são necessariamente fixas. Gêneros não são identidades engessadas: podem existir múltiplas configurações em contextos históricos e culturais diferentes. A definição do que significa o gênero ou do valor da diferença sexual varia de acordo com as relações sociais, culturais, políticas e ideológicas existentes

num certo momento histórico e local geográfico específico. Algumas pessoas vivenciam a fluidez de gênero e hoje existem dezenas de formas de vivenciar a relação entre sexo, gênero e de vivenciar a sexualidade. Tudo isso impacta nas lutas políticas emancipatórias que são ainda tão necessárias.

Tratar desses quatro “momentos” não significa afirmar que um superou o outro e que agora existe um consenso de que os gêneros são variáveis e tem menos relação com o sexo anatômico e mais com construções variáveis de subjetividades flexíveis. Não significa que todas as pesquisadoras ou que todas as pessoas superaram as antigas formas de se pensar a mulher. Ainda existem pessoas e estudos que são construídos com base em uma forma essencialista de conceber a mulher – como a fêmea da espécie humana. Existem estudiosas e grupos políticos que defendem que o sexo é um dado essencial e o gênero é cultural. E nem todas as pessoas compreendem e concordam que possa existir algo como uma fluidez de gênero. Nossa proposta é mostrar como a categoria foi e ainda está sendo pensada e repensada, estabilizada e desestabilizada e de que forma o próprio processo de estabilização e desestabilização constitui parte da luta política.

I

Simone de Beauvoir, na obra *O Segundo Sexo* (1949), realiza uma série de problematizações sobre as antigas concepções de mulher. Os mitos tratados por ela mostram como era definida a categoria “mulher” quando as mulheres não possuíam meios próprios ou visibilidade para fazer com que suas visões a respeito de si mesmas fossem conhecidas. Tal reflexão parte de um lugar de fala específico e não esgota a discussão a respeito dos mitos criados pelo mundo patriarcal sobre o que é uma mulher. Basta ressaltar que aquelas concepções nunca foram válidas em todo o planeta, pois traziam as marcas específicas das condições sociais, culturais, políticas e ideológicas de seus interlocutores.

Os primeiros estudos sobre mulher realizados por homens tinham como objetivo descrever o que era uma mulher e comprovar a sua inferioridade considerada natural. O conceito mulher se referia a todo ser humano que nasceu com anatomia de fêmea, uma definição essencialmente biológica. Existia um mito de que a idade da pedra teria sido um período de ouro para as mulheres, pois os homens as viam como deusas numa realidade mística: não havia conhecimento suficiente para dominar a natureza que era

ainda um grande mistério – do qual as mulheres faziam por conta da incompreensão acerca da fecundidade. Surgiram divindades femininas como tentativa de compreender o que era ignorado e a mulher era venerada porque o homem temia o desconhecido. Nesse contexto, a mulher é posta numa ordenação elevada, num mundo místico, fora do reino humano.

Na realidade material, porém, o poder político estava nas mãos dos homens, e, inclusive, foram eles que colocaram a mulher naquele papel de sobrenatural (não foi uma posição reivindicada pelas mulheres e durou apenas até o momento em que o homem superou a superstição pela razão). No momento em que, por meio da técnica, o homem passou, de certo modo, a dominar a natureza, o mito da divindade feminina ficou em segundo plano (esta é considerada a passagem da idade da pedra para o bronze). Essa narrativa de superioridade feminina é um mito porque não há uma equivalência entre o mundo místico e o político:

Nas sociedades em que o homem adora esses mistérios, a mulher é, por causa dessas virtudes, associada ao culto e venerada como sacerdotisa; mas quando ele luta para fazer a sociedade triunfar sobre a natureza, a razão sobre a vida, a vontade sobre o dado inerte, então a mulher é encarada como feiticeira. Conhece-se a diferença entre o sacerdote e o mágico: o primeiro domina e dirige as forças de que se assenhoreou de acordo com os deuses e as leis, para o bem da comunidade e nome de todos os seus membros; o mágico opera à margem da sociedade e contra os deuses e as leis e segundo suas próprias paixões. (BEAUVOIR, 2016a, p.228).

Na literatura cristã a concepção negativa da mulher ganhou força: ela se torna a pecadora, aquela que contém as tentações da carne; ela é a Eva que leva a maçã até Adão, condenando toda a humanidade a viver em pecado; mas ela pode subverter essa situação, deixar de ser um ente amaldiçoado e se tornar um ente abençoado, desde que se anexe ao homem. Nesse sentido, o mito da Virgem Maria descreve como a mulher deve buscar “ser” para que se torne digna, pois “é somente aceitando o papel subordinado que lhe é designado que será glorificada. ‘Eu sou a serva do Senhor?’” (BEAUVOIR, 2016a, p.237).

A mulher passou por três juízos distintos: a deusa, a pecadora e a santa. Todas essas concepções outorgam a ela um lugar secundário, em nenhum desses momentos ela protagonizou sua própria narrativa. Beauvoir evidencia: “O Outro é singularmente definido segundo o modo singular que o

Um escolhe para se pôr. Todo homem afirma-se como uma liberdade e uma transcendência, mas não dão todos os homens o mesmo sentido a essas palavras” (2016a, p.325). As perspectivas sobre a mulher convergiam ao considerarem que se tratava de um ser inferior, imanente diante do homem. Imanência se refere a algo que não se movimenta, não se supera e, portanto, permanece sempre o mesmo, em um sentido estático do ser; enquanto a transcendência é o movimento, aquele que se supera e avança (BEAUVOIR, 2005). Um dos recursos para tentar provar que a inferioridade feminina era natural foi enfatizar as diferenças biológicas.

Como destaca Beauvoir, a explicação da passividade da mulher baseou-se na comparação do óvulo com o espermatozoide: o óvulo é estático, fixo (corpo imanente) e espera pelo espermatozoide; o gameta masculino representaria a mobilidade, a faísca necessária para gerar a vida (o que transcende). Por outro lado, argumentou-se que o espermatozoide ao penetrar no óvulo renunciaria à sua mobilidade e à sua transcendência; como se o óvulo mutilasse o espermatozoide arrancando-lhe a cauda, gerando um sentimento de castração. Tais mitos, porém, não consideram a totalidade do momento de fecundação, já que os dois gametas têm papel fundamental no processo: enquanto o espermatozoide com sua mobilidade que chega até o óvulo; este tem o material necessário para nutrir e proteger o embrião. Assim, como afirma Beauvoir, a faísca é gerada pelo encontro dos dois que se fundem e perdem sua individualidade (BEAUVOIR, 2016a).

Além do óvulo, existiriam diferenças morfológicas³ entre o corpo da fêmea humana e do macho humano que permitiriam reforçar a inferioridade da mulher:

Sua força muscular é muito menor, mais ou menos dois terços da do homem; sua capacidade respiratória é inferior, os pulmões, a traqueia e a laringe são menores; a diferença da laringe acarreta também a da voz. O peso específico do sangue é menor, pois há menos fixação de hemoglobina; as mulheres são, por conseguinte, menos robustas, mais predispostas à anemia. Seu pulso bate mais depressa, seu sistema vascular é mais instável:

³ Note-se que para descrever essa morfologia da mulher, Beauvoir considerou apenas e exclusivamente mulheres cisgêneras, brancas, ocidentais, que, em média, poderiam corresponder a tal descrição, que, ainda assim, seria questionável. Existem mulheres e homens com diferentes tamanhos e isso varia em função de muitos aspectos, tais como raça, etnia, classe social, condição socio-econômica, local de nascimento e moradia, tipo de trabalho ou ocupação, entre muitas outros. Mesmo nestes casos, varia de acordo com o tipo de combinação entre todas as variáveis e a média também varia no tempo.

coram facilmente (BEAUVOIR, 2016a, p.59).

De acordo com Beauvoir, outra grande diferença seria o ciclo menstrual, que faz com que a mulher esboce todo mês o trabalho da gestação e que leva a mulher a lembrar de sua animalidade, vivenciando mudanças físicas, hormonais e emocionais que fazem parte do ciclo e sentindo penosamente seu corpo, que, na gestação carrega outro ser. Toda a complexidade fisiológica do corpo da mulher é maior do que a do corpo masculino (BEAUVOIR, 2016a).

Esses “dados” foram utilizados como uma forma de validar o discurso de opressão do patriarcado, e, aparentemente, os “dados” em si não podem ser negados, porém o corpo humano não é uma coisa, e sim uma situação: não se porta de maneira estática e fixa, mas está em constante movimento de acordo com o meio social e cultural no qual está inserido. Logo, é no seu vir a ser que deve ser analisado. Os dados biológicos não são suficientes para confirmar o destino da mulher como um ser inferior, pois esses só têm validade dentro de um mundo de valores. O sujeito não se caracteriza apenas enquanto o seu corpo, mas enquanto corpo submetido a leis e crenças, que compõe o mundo com uma estrutura política, econômica e social.

Posteriormente a psicanálise, por meio de seu criador Sigmund Freud, fez um avanço no estudo da mulher, adicionando à noção de corpo uma “consciência” e nesse sentido “a fêmea é uma mulher na medida em que se sente como tal. Há dados biológicos essenciais e que não pertencem à situação vivida” (BEAUVOIR, 2016a, p.67). Freud criou a psicanálise na era vitoriana e sua visão “falocêntrica” do desenvolvimento humano forneceu uma definição da sexualidade feminina em relação ao modo como o homem vivencia sua sexualidade (o ponto de vista é essencialmente masculino). Freud escreve que as duas primeiras fases de desenvolvimento da criança, a oral e a anal, são semelhantes para todos, sendo apenas na fase genital que surge uma diferenciação.

O erotismo masculino se localiza no pênis, enquanto o feminino se desenvolve, no estágio infantil, no sistema erótico clitoriano, e, apenas após a puberdade, surge o sistema vaginal. Assim há uma etapa para o homem e duas para a mulher. Há a possibilidade da mulher não evoluir do primeiro para o segundo estágio e permanecer na fase infantil, ou seja, clitoriana, o que, de acordo com Freud, acarretaria neuroses. Ele argumenta que quando a menina possui uma fixação pelo pai por volta de seus cinco anos, e percebe a diferença anatômica, sente-se castrada pela ausência do pênis, isso tudo faz

com que o drama sexual da menina seja mais complexo do que o do menino, resultando em frustração e recusa de sua feminilidade, pois cobiça ter um falo, conduzindo-a a permanecer num estágio clitoriano, sendo frígida e tendendo para a homossexualidade. Desse modo a mulher continua encerrada em seu destino (BEAUVOIR, 2016a).

Beauvoir critica Freud, embora admita seu avanço ao reconhecer que existe algo além do caráter essencialmente biológico e anatômico para definir a mulher, mas ele ainda a define a partir do homem. Na questão do erotismo feminino foi problemático isolar o prazer clitoriano do prazer vaginal, pois é na puberdade que se desenvolvem várias zonas erógenas e que não se excluem mutuamente. Atualmente se questiona a existência de uma “fase vaginal” separada da “fase clitoriana” e o fato de que o homem ter um pênis não gera necessariamente inveja na menina: se ela pudesse afirmar-se como sujeito poderia colocar outro membro como equivalente. Na verdade, o que a menina inveja é a valorização prévia da masculinidade dos meninos, que tem sentido apenas dentro de um mundo de valores culturais (BEAUVOIR, 2016a).

Tais perspectivas sobre o que seria uma mulher – brevemente expostas – foram refutadas inúmeras vezes, mas ainda não foram completamente superadas. Hoje, podemos observar grupos de pessoas que se esforçam por provar sua veracidade, seja por meios metafísicos ou por teorias que não levam em conta a totalidade da mulher, enquanto corpo que habita um mundo de valores, e por ele é significado. Dessa forma é notório o esforço que a sociedade patriarcal fez – e ainda faz – para conceber uma visão da mulher como um ser inferior. Não à toa o termo “patriarcal” que tinha conotação positiva, passou a ser visto como negativo e explorador, em meados do século XIX, não obstante nos anos de 1960 e 1970, tal termo caracterizará uma estrutura de relações de poder, categoria central pela qual se organizam as lutas do feminismo radical (PULEO, 2005).

II

Durante o século XIX e na primeira metade do século XX, temos a expressão das primeiras organizações de luta reivindicando direitos para as mulheres, como o movimento das sufragistas que pleiteavam o direito de voto para as mulheres⁴, além de direitos de acesso à educação e ao mercado

⁴ Aqui quando falo que pleiteavam o direito de voto para as mulheres, podemos lembrar que,

de trabalho. Caracterizado como Feminismo Liberal, o seu cerne era a perspectiva igualitária do humano universal (SILVA, 2008). A primeira onda do feminismo tinha como mote uma pergunta importante para as investigações após a década de 1960: “se a subordinação da mulher não é justa, nem natural, como se chegou a ela e como se mantém?” (PISCITELLI, 2002, p.2). Depois da perspectiva acerca do que seria uma mulher feita apenas por homens, passamos para um conjunto de reflexões que foi feita por mulheres: “O indivíduo mais indicado para fazer essa discussão, é a mulher, pois ela conhece mais intimamente o que é ser um ser humano do sexo feminino, apesar de a essência não ser determinante na boa ou má conduta de homens e mulheres, a situação que os predispõem mais ou menos para a verdade”. (BEAUVOIR, 2016a, p.24).

O Feminismo Liberal gerou uma nova perspectiva na luta feminista, chamada de Feminismo Radical. É certo que esse rompimento não se deu da mesma forma e nem ao mesmo tempo em todos os lugares. Nos Estados Unidos esse momento foi entre as décadas de 1960 e 1970, essa nova onda de lutas caracteriza a chamada segunda onda do feminismo. As feministas radicais concordavam que todas as mulheres eram dominadas pelos homens e essa dominação patriarcal: a desigualdade entre os sexos precederia todas as outras desigualdades existentes. Para o patriarcado se afirmar enquanto sistema de poder necessita da diferenciação sexual que é “fundamentada pela explicação de que homens e mulheres seriam em essência diferentes” (SILVA, 2008, p.27). A dominação masculina poderia variar com o tempo e espaço, porém existiria um princípio que seria universal: ocorreria em todos os períodos históricos e seria decisivo e uniria todas as mulheres em um só grupo (PISCITELLI, 2002).

As feministas trabalharam para construir um sujeito político coletivo: “a mulher”. Dentre suas principais pautas podemos citar a reivindicação dos direitos sobre o corpo, o controle total da reprodução, o direito ao aborto e o acesso ao conhecimento sobre o próprio corpo. O cerne do movimento era a tentativa de derrotar o patriarcado em todas as instâncias pública e privada; sendo essa diferenciação questionada e posta em análise (PUELO, 2005).

O processo de socialização das experiências permitiu às mulheres constatarem que os problemas vivenciados no seu cotidiano

conforme argumenta Bell Hooks em *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo* (2019), as sufragistas pleiteavam o direito de voto para as mulheres brancas. Esse argumento será trabalhado melhor na terceira parte deste artigo.

tinham raízes sociais e demandavam, portanto, soluções coletivas. Veio daí a afirmativa ‘o pessoal é político’, questionando não apenas a suposta separação entre a esfera privada e a esfera pública, como também uma concepção do político que toma as relações sociais na esfera pública como sendo diferentes em conteúdo e teor das relações e interações na vida familiar, na vida ‘privada’. Na medida em que a dinâmica do poder estrutura as duas esferas, essas diferenças são apenas ilusórias (SARDENBERG, 2018, p.16).

Abordaremos alguns dos argumentos centrais das principais precursoras: Shulamith Firestone e Kate Millet. Quanto à Beauvoir, não há um consenso de que pertença ao Feminismo Liberal ou Radical, mas sua obra *O Segundo Sexo* (1949) foi de grande relevância para a construção da corrente feminista radical. As teóricas desse período buscavam encontrar quais eram as origens da dominação masculina e como essa se mantinha com o passar do tempo.

Shulamith Firestone argumenta que as classes sociais tiveram origem na condição biológica “sendo a família biológica um poder de distribuição inerentemente desigual” (*apud* SILVA, 2008, p.29). São as funções reprodutivas femininas que fundamentam a produção da desigualdade social: para que a mulher consiga desvencilhar-se da opressão masculina deveria assumir o controle da reprodução, da fertilidade e de seu próprio corpo. A reprodução deveria ser feita por meios artificiais, para gerar uma verdadeira revolução sexual em que a diferença genital perderia a relevância. Não se trata apenas de eliminar a dominação masculina, mas de eliminar toda a distinção sexual (PISCITELLI, 2002).

Firestone reconhece que a opressão patriarcal não foi exatamente igual em todos os espaços e tempos, mas argumenta que a causalidade biológica existiu sempre e gerou distorções psicossociais na personalidade humana. Mesmo considerando que há uma construção cultural do patriarcado, defende que as bases da construção da “cultura” residem nas condições biológicas; logo, sua teoria alude a um determinismo biológico. A autora não desconsidera as construções sociais, mas a mulher é caracterizada pelo ser humano com anatomia de fêmea: útero, ovários, vagina, entre outros atributos que fazem com que seja subordinada aos homens na sociedade patriarcal. Tais características compõem sua identidade coletiva primária, tratadas numa perspectiva universalizante. (*apud* SILVA, 2008).

Kate Millett na obra *Sexual Politics* (1970) revisa o ato sexual e faz uma

análise da diferenciação sexual vivenciada na sociedade – a subordinação feminina e a dominação masculina – e tratada das origens do patriarcado e como homens e mulheres eram determinados naquele período (*apud* LOIS e TAVARES, 2017). Millett encontra a explicação da subordinação das mulheres nas relações de poder construídas nas esferas sociais e culturais da sociedade: foi uma das primeiras feministas a sistematizar o “patriarcado” como sistema de um viés político no qual o poder é o objetivo maior do sistema. Analisa a prioridade natural do macho sobre a fêmea como a mais resistente que qualquer outro tipo de segregação e mais uniforme, rigorosa e tenaz que a estratificação das classes. A dominação do macho sobre a fêmea seria a ideologia mais arraigada em nossa cultura, por cristalizar o conceito mais elementar de poder (*apud* SILVA, 2008, p.30-31).

Para Millett (1970), o patriarcado se organiza e se mantém a partir de um rol de normas e condutas que caracterizam como devem se comportar cada pessoa de acordo com o seu sexo. A autora divide essas normas em três categorias: 1) componente psicológico: o temperamento que define alguns estereótipos como agressividade relacionada ao macho e a passividade associada à fêmea; 2) componente sociológico: o papel sexual que designa a mulher aos cuidados domésticos e à maternidade, enquanto o homem tem seu papel no campo da produtividade humana; e 3) componente político: o status definido em relação à distribuição de papéis e o temperamento, que, em conjunto, constroem o status que o sujeito terá na sociedade. Tais fatores dispostos nessa configuração de sociedade determinam o homem como superior e a mulher como inferior: são componentes interdependentes.

Essa política produz “verdades” que são implementadas de forma a gerar uma aceitação generalizada de todas as partes. Tal conjunto de normas são impostos pela primeira vez ao indivíduo na família, por isso ela é essencial para a reprodução desse sistema. O esquema é incorporado como um modelo natural de comportamento para cada sexo: a família opera como se fosse um microestado e o chefe da família é o governante. Quanto às origens do patriarcado, a autora afirma que não se tem dados suficientes dos períodos pré-históricos para fazer uma análise assertiva, mas suspeita que o pensamento patriarcal se originou de um momento em que a fertilidade, a capacidade de gerar vida da mulher eram vistas como princípios primários (LOIS e TAVARES, 2017; SILVA, 2008).

Kate Millett (1970) descreve como a mulher era definida em relação às três normas propostas, mas evidencia que essas características são construídas historicamente pela sociedade patriarcal, então não se trata mais de um determinismo biológico, como confirma Lois e Tavares comentadoras de

Millet: “A supremacia masculina encontra seu alicerce na aceitação de um sistema de valores que permeia as relações políticas entre homens e mulheres e não na biologia” (2017, p.43). Mas ainda assim conserva a ideia de que esse pensamento possa ter iniciado por conta de uma construção social ao redor de características do corpo da fêmea humana – o engravidar, parir, amamentar – então aqui os dados biológicos deixam de ser determinantes na caracterização do sujeito mulher, mas são ainda um parâmetro que anuncia seu destino.

Há uma grande influência do pensamento de Beauvoir (1949) no pensamento de Millett quanto à definição da mulher. Beauvoir em seus estudos afirma que no corpo da mulher existe um conflito entre espécie e indivíduo que pode ser visto no momento da gestação, a qual coloca a mulher em um trabalho exaustivo, não lhe trazendo individualmente nenhum benefício, no momento do parto a situação se evidencia mais crítica, podendo a mãe ou a criança vir a óbito. Posteriormente há o período do aleitamento que também segundo a autora é uma servidão esgotante do corpo feminino. Isso mostra que eventos que favorecem a espécie, nem sempre estarão em benefício do indivíduo em si, no caso da mulher. “A mulher, como o homem, é seu corpo, mas seu corpo não é ela, é outra coisa” (BEAUVOIR, 2016a, p. 55).

Beauvoir identifica que o corpo feminino pode aprisionar a mulher em suas funções biológicas, todavia argumenta que a mulher não pode ser definida apenas em referência à sua natureza, que configura uma situação que dentro de um mundo de valores estabelecido a impulsiona para um destino (CYFER, 2015). Isso fica evidente quando afirma: “Não é enquanto corpo, é enquanto corpos submetidos a tabus, a leis, que o sujeito toma consciência de si mesmo e se realiza: é em nome de certos valores que ele se valoriza. E, diga-se mais uma vez, não é a fisiologia que pode criar valores. Os dados biológicos revestem os que o existente lhes confere” (BEAUVOIR, 2016a, p.64). Em outra passagem evidencia-se a potencialidade do corpo feminino de antecipar um destino, não deixando de denotar em seguida que os dados biológicos não são suficientes para compreender a mulher em sua totalidade, é preciso levar em conta o mundo de valores, no qual este corpo está inserido.

o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir. Ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade; a biologia não basta para fornecer uma resposta à pergunta que

nos preocupa: por que a mulher é o Outro? Trata-se de saber como a natureza foi nela revista através da história; trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana (BEAUVOIR, 2016a, p. 65).

Assim o dado biológico existe, mas assume seu significado no seio de uma sociedade moldada por leis, instituições e costumes engendrados por homens... A mulher não pode ser entendida como um ser imutável sujeito estritamente à sua natureza, mas sim como um ser em um constante vir a ser; e é no seu vir a ser que deveriam ser discutidas as suas possibilidades no mundo. Para a autora ser mulher é estar em uma subjetividade corporificada: este corpo que por sua vez estará sujeito tanto à natureza quanto à cultura (CYFER, 2015; BEAUVOIR, 2016a).

Beauvoir identifica que é na família que a hierarquia dos sexos se manifesta inicialmente, já que desde a primeira infância a vocação e os papéis são designados. O descobrimento do pênis pela menina é descrito por Freud como um evento que lhe causa inveja; mas o fato é que para ela o falo muitas vezes será algo insignificante; o que causará inveja na menina, afirma a autora, é a valorização da virilidade. A passividade, traço que pode ser identificado cedo na menina, seria considerada como essencial, porém, não se trata de um dado biológico, mas sim de um destino que lhe é imposto desde cedo pelos seus educadores primários e também pela sociedade (BEAUVOIR, 2016b).

Podemos concluir que Beauvoir separa corpo e sociedade, sugerindo a distinção entre sexo e gênero, afirmada posteriormente por Gayle Rubin, que trata o sexo como um dado biológico imutável e o gênero como uma construção cultural móvel; mesmo esta dicotomia será criticada mais tarde pelas novas vertentes da teoria feminista (CYFER, 2015; PISCITELLI, 2002).

Assim como aparece nas teorias feministas formuladas entre os anos 1960 e 1970, Beauvoir já havia indicado que o patriarcado era o responsável por toda a opressão vivida pela mulher; esse conceito era a chave para a mobilização da luta feminista e servia para distinguir a relação de poder que mantinha o sexismo. Em linhas gerais o volume I de *O segundo Sexo* (1949) faz uma longa investigação de quais seriam as origens do patriarcado e o volume II é proposta uma forma de subversão. Mas esse conceito que fora tão útil passou a apresentar problemas por conta de sua generalidade excessiva. Como afirma Piscitelli (2002, p.7): “o problema é que a utilização desse termo fora do seu contexto obscurecia a compreensão das relações sociais que organizam diversas formas de discriminação”. Atualmente o conceito de

patriarcado é criticado porque universaliza a dominação masculina desconsiderando particularidades e coloca a anatomia feminina como algo invariável e universal.

Algumas concepções feministas deste período foram superadas por novas vertentes e duas críticas principais merecem destaque. Primeira: a mulher era caracterizada como um “ser universal”, desconsiderando aspectos particulares de como cada mulher, em sua realidade histórica, geográfica e social, vivencia a opressão de formas diferentes. Segunda: determinou-se que a anatomia do corpo feminino anunciava o destino da mulher e entendeu-se que sexo estava para a natureza assim como gênero estava para a cultura; atualmente as novas vertentes indicam que assim como o gênero o sexo também é algo construído culturalmente, sendo, assim, ambas “construções” mutáveis. Essas duas críticas serão alvo das partes “III” e “IV” respectivamente.

III

A crítica ao essencialismo na caracterização da mulher, ou ainda, a reivindicação das diferentes experiências das mulheres realmente existentes, acontece muito antes do termo “interseccionalidade”⁵ ter sido disseminado na academia por volta dos anos 1990. Desde a sua primeira onda, em meados do século XIX, o movimento feminista abolicionista nos Estados Unidos vinha criticando a visão essencialista da mulher. Isso fica evidente no discurso histórico proclamado na Convenção de Direitos das Mulheres em Ohio, no ano de 1851, por uma mulher afro-americana, que havia sido escravizada. Seu nome é Sojourner Truth e na ocasião disse:

Bem, crianças, onde há muita algazarra deve ter alguma coisa que não está certa. Penso que entre as negras do Sul e as mulheres do Norte todas estão falando sobre direitos, os homens brancos logo, logo vão ter problemas. Mas sobre o que isso tudo aqui está falando? Que o homem lá fala que as mulheres precisam de ajuda para subir na carruagem, para passar sobre valas e para ter os melhores lugares [...] e eu não sou uma mulher? Olhem para

⁵ Utilizaremos neste artigo o termo interseccionalidade para nos referirmos à “categorias que aludem à multiplicidade de diferenciações que, articulando-se a gênero, permeiam o social.” (PISCITELLI, 2008, p. 263). Existem autoras que preferem o termo “categorias de articulação” ou ainda “entrelaçamento de opressões” no caso da abordagem sistêmica.

mim! Olhem para meu braço! [...] Eu lavrei e plantei e juntei os grãos no celeiro e nenhum homem conseguia passar na minha frente – e eu não sou uma mulher? Eu conseguia trabalhar tanto quanto qualquer homem (quando conseguia trabalho), e aguentar o chicote também – e eu não sou uma mulher? Pari cinco crianças e vi a maioria delas ser vendida para a escravidão, e quando chorei meu luto de mãe, ninguém além de Jesus me ouviu – e eu não sou uma mulher? (*apud* HOOKS, 2019, p.252-253).

Podemos constatar que, apesar do termo “interseccionalidade” ter sido inaugurado apenas em 1989 com Kimberlé Crenshaw, essa discussão já era feita a partir de campos não estritamente acadêmicos, mas também vindo dos coletivos das feministas negras e lésbicas (HENNING, 2015). Aqui trabalharemos o principal exemplo de teoria interseccional sobre a mulher, o Feminismo Negro⁶. A discussão a seguir se baseia principalmente nas obras: *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e o feminismo* (1981) de bell hooks⁷; e *Mulheres, raça e classe* (1982) de Angela Davis⁸.

A necessidade que as mulheres negras têm de reivindicarem seu lugar de representatividade vem acompanhada, de um lado, do racismo das suas irmãs brancas; e, de outro, do sexismo de seus irmãos negros. Nesse cenário as mulheres negras ocupavam um lugar de invisibilidade social, pois “quando falam de pessoas negras, o foco tende a ser *homens* negros; e quando falam sobre mulheres, o foco tende a ser mulheres brancas” (HOOKS, 2019, p.27). Através da experiência vivida das mulheres negras poderemos observar que a categoria “mulher” não é unitária. Essas experiências serão abordadas a partir das obras mencionadas que retratam o contexto dos Estados Unidos, no período da escravatura e movimento pelo sufrágio.

Segundo Hooks (2019), durante a escravidão nos Estados Unidos, que atingiu seu auge nos séculos XVIII e XIX, foi no campo do trabalho onde mais se pode notar as diferenças entre o homem escravizado e a mulher escravizada. Enquanto ambos eram explorados nos trabalhos do campo, apenas as mulheres também eram exploradas em atividades domésticas, como

⁶ Existem muitos outros exemplos de leituras interseccionais feitas sobre a categoria mulher, vide “Feminismo para as 99% um manifesto” (2019) de Cinzia Aruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser.

⁷ A autora tem preferência por seu nome ser escrito em letras minúsculas.

⁸ Ressaltamos que este artigo foi escrito por uma parceria formada por duas mulheres brancas, portanto, nosso lugar de fala nos permite apenas mencionar o que autoras negras disseram a respeito do tema.

reprodutoras, além de serem assediadas e abusadas sexualmente. Angela Davis confirma essa desconformidade,

As mulheres também sofreram de maneiras diferentes, porque eram vítimas de abuso sexual e outras barbaridades de maus tratos que apenas podem ser infligidas às mulheres. Os comportamentos dos donos de escravos para as mulheres escravas eram: quando era rentável explorá-las como se fossem homens, sendo observadas, com efeito, sem distinção de gênero, mas quando elas podiam ser exploradas, castigadas e reprimidas em formas ajustadas apenas às mulheres, elas eram fechadas dentro do seu papel exclusivo de mulheres. (DAVIS, 2013, p.11).

A mulher negra escravizada não encontrava amparo nem na lei e nem na opinião pública, tornando-se assim um alvo fácil de exploração sexual. Tal exploração continuou por muito tempo depois da abolição se efetivar, legitimada por outras práticas opressivas que desvalorizavam a mulheridade negra. Dentre as quais, podemos citar alguns mitos que foram disseminados ardilosamente como, por exemplo, o da mulher negra “má” e “desinibida sexualmente” e o mito do patriarcado. Enquanto a imagem da mulher branca era reformulada dentro de um mito de virtuosidade – no sentido das virtudes cristãs – a mulher negra foi posta dentro de moldes inversos, como a depravada:

Mulheres brancas responsabilizavam mulheres negras escravizadas pelo estupro, porque foram socializadas, dentro da moral sexual do século XIX, a considerar a mulher como tentação sexual. Essa mesma moral sexual era adotada por escravizados. Companheiros escravizados com frequência tinham pena da quantidade de mulheres sexualmente exploradas, mas não as viam como vítimas inocentes (HOOKS, 2019, p. 70).

O mito da mulher negra sexualmente desinibida continuou sendo disseminado após a abolição da escravatura. A desvalorização da mulheridade negra foi uma estratégia para limitar o comportamento sexual delas e evitar os casamentos inter-raciais. A mulher negra e escrava exacerbou uma contradição de um dos principais argumentos do patriarcado – aquele de que as mulheres eram inferiores por não possuírem a mesma força física que os

homens – pois elas trabalhavam tanto quanto os homens e recebiam punições mais severas, pois eram violadas. A explicação para perpetuar o mito patriarcal era que “as mulheres negras escravizadas não eram mulheres ‘reais’, mas criaturas sub-humanas masculinizadas” (HOOKS, 2019, p.122).

Davis (2013) argumenta que, de fato, as experiências vividas pelas mulheres escravizadas moldaram-nas com uma personalidade distinta das mulheres brancas. Bell Hooks mostra que os estereótipos negativos forjados dentro da ideologia sexista “afetaram tanto a forma como mulheres negras eram percebidas por pessoas de sua própria raça quanto a percepção que elas tinham de si mesmas” (HOOKS, 2019, p.121). Muitas não tinham orgulho de suas habilidades e almejavam ter o mesmo destino que as mulheres brancas.

As mulheres negras não tiveram escolha entre trabalhar ou não; a participação delas no mercado de trabalho, não foi fruto de uma demanda feminista; nem criou uma consciência feminista nelas. Seus trabalhos permitiram desenvolver certa independência de espírito: fato cooptado por ideais sexistas, retratando essas mulheres como “matriarcas” em um sentido pernicioso para elas, pois eram apresentadas como masculinizadas, castradoras e ameaçadoras. No entanto, afirmar que as mulheres negras eram matriarcas implica dizer que houve uma ordem social em que essas mulheres detinham o poder político, conseqüentemente o poder de decidir como deveriam viver; mas esse poder sempre esteve nas mãos dos homens (HOOKS, 2019). Angela Davis enfatiza:

É verdade que a vida doméstica teve uma exagerada importância na vida social dos escravos, porque lhes deu o único espaço onde podiam verdadeiramente experienciar-se como seres humanos. As mulheres negras, por esta razão – e também porque eram trabalhadoras tal como os homens – não estavam rebaixadas nas suas funções domésticas do mesmo modo que as mulheres brancas se tornaram. De forma desigual às suas parceiras, elas não podiam nunca ser tratadas como meras “donas-de-casa”. Mas ir mais longe e manter que elas conseqüentemente dominavam os seus homens é fundamentalmente distorcer a realidade da vida da escravatura (DAVIS, 2013, p.19).

Diante disso, Bell Hooks, conclui que o rótulo de matriarca foi demasiado assimilado na consciência do povo negro, e, apesar de ser um estereótipo negativo da mulheridade negra, elas tinham orgulho de serem

rotuladas como tal, pois, de todos os mitos, esse era o menos prejudicial à sua imagem (HOOKS, 2019).

Apesar de as mulheres negras e brancas experienciarem o sexismo dentro do sistema patriarcal, este se apresentava para ambas de maneira distinta. Poucas eram – se é que existiram – as semelhanças entre elas, no que se refere ao status social. A sua ligação, por serem denominadas “mulheres”, não impediu que mulheres brancas absorvessem e disseminassem o racismo. Quando Bell Hooks (2019) aborda o movimento feminista branco do século XIX, afirma que era um grupo de mulheres evidenciando sua posição subordinada, engrandecendo o mito de status único das mulheres, oferecendo cursos de estudos sobre mulheres feitos por pessoas brancas, sobre questões essencialmente brancas, para pessoas brancas e muitas vezes de perspectivas racistas. Essa perspectiva fica evidente no conflito do voto, pois quando os homens negros estavam à beira de conquistar seus direitos, sufragistas brancas “expressaram raiva e indignação por homens brancos serem mais comprometidos a manter a hierarquia sexual do que a hierarquia racial na arena política” (HOOKS, 2019, p. 204).

A conquista do voto, porém, não alterou expressivamente o status que a mulher tinha na sociedade. Davis afirma que lideranças do movimento de direitos das mulheres nos Estados Unidos “não suspeitaram que a escravatura do povo negro no Sul, a exploração econômica de trabalhadores no Norte e a opressão social das mulheres pudessem estar sistematicamente relacionados” (DAVIS, 2013, p.52). O movimento não deu sincera atenção às mulheres trabalhadoras, nem negras e nem brancas; não houve uma digna integração de aspectos de raça e classe na análise da opressão feminina.

Para a mulher negra o racismo e o sexismo estão imbricados, são os principais elementos influenciadores do seu destino: a luta para alcançar a sua emancipação deve ser interligada. Muitas mulheres não se sentiam representadas dentro da perspectiva feminista liberal ou radical e algumas se distanciaram do movimento por achar que seria prejudicial à causa da libertação dos negros. Outras sentiam a necessidade de criar grupos alternativos de luta que pudessem representá-las mais bem que um movimento feito “por, para e somente de” mulheres brancas (DAVIS, 2013; HOOKS, 2019).

Avtar Brah corrobora essa discussão ao observar que, dentro do racismo há várias categorias imbricadas, não sendo possível reduzi-lo somente à questões sociais e de gênero, e muito menos pensá-lo como autônomo: “racismos têm origem histórica diversa, mas se articulam com estruturas

patriarcais de classe de maneiras específicas, em condições históricas dadas” (BRAH, 2006, p.352). Argumentando contra categorias essencializantes, defende que mulheres brancas e negras não configuram uma categoria fixa e em oposição; contudo estão “em campos de contestação inscritos dentro de processos e práticas discursivas e materiais num terreno pós-colonial” (BRAH, 2006, p.353). O feminismo negro se articulou e articula com outros movimentos superando seus limites constituintes, por isso a autora propõe que as mulheres negras e brancas podem trabalhar juntas, construindo práticas feministas não racistas. Sua perspectiva é de diferenças que podem ser lidas de uma maneira mais lateral do que hierárquica, atribuindo importância às diversidades.

O debate a respeito da interseccionalidade estava fervoroso no meio acadêmico, nos anos 1990, e surgiram várias vertentes de entendimento desse conceito. Elas diferem nas noções de poder e de estrutura ou sistema e de agência – referindo-se às possibilidades, da capacidade do sujeito de agir em seu meio cultural e social. Duas abordagens expressivas são a sistêmica e a construcionista. A primeira, localizada nos Estados Unidos tem como principal precursora Kimberlé Crenshaw, primeira a utilizar o termo interseccionalidade. Segundo Piscitelli (2008), Crenshaw definia interseccionalidade como sendo:

Formas de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação: sexismo, racismo, patriarcalismo. [...] A interseccionalidade trataria da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, confluindo e, nessas confluências constituiriam aspectos ativos do desempoderamento. (PISCITELLI, 2008, p.267).

As principais críticas a esta perspectiva, pautam a respeito de que a teoria propõe a ideia de diferença como desigualdade; além de lidar com o poder como uma propriedade de um seletivo grupo, não como uma relação; e por tratar o sujeito na posição de subordinado como privado de agência. (HENNING, 2015; PISCITELLI, 2008).

Parece mais promissor pensar a interseccionalidade a partir da segunda abordagem: construcionista, porque percebe que há “distinção entre categorias de diferenciação e sistemas de discriminação, entre diferença e desigualdade”. (PISCITELLI, 2008, p.268). É dada maior visibilidade a uma construção dinâmica da identidade; o processo de tornar-se sujeito não se dá

apenas quando está subordinado há um poder supremo: existem possibilidades para o indivíduo. Os marcadores da diferença não são apenas uma limitação, mas podem configurar uma possibilidade de ação.

Fazendo uma crítica precisa à teoria feminista essencialista (que defende uma noção de essência última compartilhada entre pessoas do sexo feminino, que ultrapassaria os limites históricos, geográficos e culturais) Brah afirma:

Nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder. Nossa inserção nessas relações globais de poder se realiza através de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos. Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas. [...] Cada descrição está referida a uma condição social específica. Vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões. É agora axiomático na teoria e prática feministas que “mulher” não é uma categoria unitária. Mas isso não significa que a própria categoria careça de sentido (BRAH, 2006, p. 341).

O foco da análise é a construção social de diferentes categorias de mulheres que se constituem em relação às configurações históricas diversas; experienciam a “feminilidade” em trajetórias e circunstâncias materiais e sociais distintas. E, mesmo dentro destas categorias de diferenciação, não há homogeneidade; não existem fronteiras claras entre as categorias; as classificações estipuladas destacam algumas diferenças maiores. Um conceito fundamental é a “experiência”: uma construção cultural e não uma realidade pré-determinada, que não é fixa e está em constante movimento de ressignificação. Este é o lugar onde se forma o sujeito: “lugar de contestação: um espaço discursivo onde posições de sujeito e subjetividades diferentes e diferenciais são inscritas, reiteradas ou repudiadas” (BRAH, 2006, p.361).

O patriarcado é compreendido articulando-se com outras formas de relações sociais em um determinado contexto histórico. Todas as estruturas – tais como as de classe, raça e gênero – estão imbricadas e suas opressões também: uma constitui a outra e é ao mesmo tempo constituída por ela. A proposta de Brah (2006), no estudo da interseccionalidade, é trabalhar a diferença como a principal categoria analítica, articulando-a com a experiência, a subjetividade, a identidade e as relações sociais. Essas diferenças

nem sempre indicarão uma hierarquia e opressão: em cada contexto será analisado se a diferença produz desigualdade ou diversidade, traduzida em formas democráticas de agência política.

A autora argumenta que é problemático construir identidades políticas essencializantes, mesmo que seja uma estratégia para reivindicar um direito para uma minoria política, pois esse movimento constituirá em outra forma de opressão pela exclusão de certos indivíduos. Isso porque dentro de um grupo existem as diferenças como “identidades” que estão em constante mudança: os diferentes modos de ser são construídos a partir da subjetividade e das experiências coletivas; a identidade coletiva de um grupo não é a simples soma das identidades individuais, mas sim:

O processo de significação pelo qual experiências comuns em torno de eixos específicos de diferenciação – classe, casta ou religião – são investidas de significados particulares. Nesse sentido, uma dada identidade coletiva parcialmente apaga traços de outras identidades, mas também carrega outros traços delas. (BRAH, 2006, p.371- 372).

Claudia de Lima Costa afirma que o feminismo pode utilizar a categoria mulher sem fazer dela uma posição nominalista, porque a mulher nesses discursos constitui-se como “uma categoria histórica e heterogeneamente construída dentro de uma ampla gama de práticas e discursos” (COSTA, 2002, p. 71). O uso da categoria “mulher” permite que o feminismo possa articular-se politicamente levando em conta suas divergências. Diferente de Brah, Costa defende que é possível conceber pontos estratégicos de aproximação entre as mulheres dentro da luta política quando afirma:

Que essa dupla controvérsia quanto à categoria “mulher” cria um falso dilema: ou dispomos de uma unidade preestabelecida na figura da “mulher” ou não pode haver base alguma para a política feminista. [...] Deixando de lado as bandeiras essencialistas e antiessencialistas, a construção de pontos nodais e as fixações parciais permitem o estabelecimento de formas de identificação em torno da categoria “mulher”. (COSTA, 2002, p.76).

Desse modo a autora propõe que uma tática seria pensar a categoria em relação a sua localização: que se refere à posição que o sujeito ocupa em localidades sociais, culturais, geográficas, econômicas, de classe, sexuais, entre outras. Esse “lugar” fornecerá certas experiências históricas, panoramas sociais que, emprestando o conceito de Irin Maryon Young, formarão a perspectiva social do indivíduo. Young afirma que “a ideia da perspectiva social sugere que agentes que estão “próximos” no campo social têm pontos de vista semelhantes sobre esse campo e sobre o que ocorre em seu âmbito, enquanto aqueles que estão socialmente distantes tendem a ver as coisas de modo diverso” (YOUNG, 2000, p.162-163).

Uma saída válida para construir grupos articulados em torno de sujeitos políticos sem cair em essencialismos que pressupõem que esses mesmos grupos compartilham opiniões e interesses iguais, seria agrupá-los através das perspectivas sociais que compartilham. Estas perspectivas formadas por um conjunto de experiências em torno de um campo social, não tratarão de um conteúdo específico, mas de uma forma de olhar eventos sociais: indivíduos que possuem perspectivas aproximadas podem diferir quanto às opiniões, mas, como Young enfatiza “a perspectiva é uma abordagem da maneira de olhar eventos sociais, a qual condiciona, mas não determina o que se vê”. (YOUNG, 2002, p.166).

Podemos apontar que até aqui passamos da mulher entendida na perspectiva essencialista (biológica) para a mulher como uma “categoria” útil na compreensão de qual seria o “sujeito político” da luta feminista. As proposições a respeito de ser válido (ou não) construir a luta política em torno de uma “identidade” são variadas. Trata-se de um debate que ainda está em evidência nas discussões feministas e antifeministas. Na próxima sessão, apresentaremos a crítica que a filósofa Judith Butler realiza sobre o sujeito político do feminismo, com base em sua perspectiva de sexo e gênero.

IV

O conceito de gênero surgiu como alternativa ao essencialismo biológico, mas manteve a lógica binária: gênero/sexo correspondiam ao par cultura/natureza (PISCITELLI, 2002). Novas perspectivas criticam a fixidez estabelecida entre sexo (natureza) e gênero (cultura). Um exemplo é Judith Butler que argumenta que o sexo também é fruto de elaboração cultural; que não é necessário existir um sujeito político baseado numa identidade generalizante e fixa para o feminismo; e critica a ideia de patriarcado.

A tentativa de representar o sujeito, linguística e politicamente, envolveria a presunção de critérios que o definam, resultando na exclusão daqueles que não podem ser reconhecidos enquanto tal e atualmente: “o sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes” (BUTLER, 2019a, p.18). A presunção política de ter de existir uma base universal para o feminismo, encontrada numa identidade supostamente existente em diferentes culturas acompanha frequentemente a ideia de que a opressão das mulheres possui uma forma singular, discernível na estrutura universal ou hegemônica da dominação patriarcal ou masculina. A noção de um patriarcado universal tem sido amplamente criticada em anos recentes por seu fracasso em explicar os mecanismos da opressão de gênero nos contextos culturais concretos em que ela existe (BUTLER, 2019a, p.21).

Butler sugere que o objeto de reflexão deve centrar-se no gênero, descolando-se da categoria exclusiva “mulher”. E, por consequência, “uma política feminista que aspire uma [...] construção variável da identidade como um pré-requisito metodológico e normativo, senão como um objetivo político” (BUTLER, 2019a, p.25). Desse modo, entende por gênero um conjunto de atos, gestos e desejo que são repetidos pelo corpo, que está inserido dentro de uma estrutura revestida de normas reguladoras, que se estabelecem no tempo e produzem os modos de agir, classificados como feminino e masculino. Essa estrutura de poder dá a aparência de que esses atos advêm de uma classe natural de ser, quando na verdade essa pressuposta “essência” é um produto da performatividade.

Butler argumenta que estas normas regulatórias também produzirão o sexo entendido como performático e não mais exclusivamente material: as instituições de poder operam por “esquemas reguladores que produzem as possibilidades morfológicas inteligíveis” (BUTLER, 2019b, p.37). Afirmando que o próprio sexo é performativamente construído no meio cultural e social e não um dado essencialmente biológico, constata que a distinção entre sexo e gênero não diz respeito a nada, sendo sexo o próprio gênero: “se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nada” (BUTLER, 2019a, p.27). Para Butler (2019a), a norma mais expressa na consolidação das identidades de gênero é a heterossexualidade compulsória ou heteronormatividade.

Cyfer destaca que “a heterossexualidade não é, porém, uma forma de viver a sexualidade circunscrita à intimidade. Ela deve ser atestada publicamente pelo enquadramento em padrões comportamentais que aludem

à heterossexualidade” (CYFER, 2015, p.46). Esta heteronormatividade enquadra o gênero em uma estrutura de relações binárias, em que masculino e feminino se diferenciam em relação ao desejo pelo sexo oposto. Pode-se ver a repetição de parâmetros heterossexuais em relações não heterossexuais o que reforça ainda mais estas normas de regulação e ao que a autora vai chamar de “heterossexual original”.

Butler entende por “gêneros inteligíveis” aqueles que “instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (2019a, p.43). A criação de leis heterossexuais supõe que os sujeitos se condicionem para a divisão sexual estabelecida, enquanto são feitas ameaças imaginárias de punições para os que não se adequem. Essa ameaça para o homem se dá por meio da possível castração, ou seja, a privação de “ter” o falo simbolicamente, se ele demonstrar atitudes feminizadas. E para a mulher caso ela recuse a se enquadrar nos pressupostos femininos heterossexuais: poderá ascender a um falicismo excessivo, visto como prejudicial. Nesse meandro de ameaças às identidades proibidas pela heterossexualidade compulsória ainda está inculcada a concepção binária, pois a perspectiva alude apenas a um macho feminino ou fêmea masculina, quando, de fato, ainda há uma infinidade de possíveis identificações. Como explica Butler:

Essa relação especular é ela mesma estabelecida pela exclusão e abjeção de um domínio de relações nas quais se realizam todas as identificações erradas; homens que desejam “ser” o falo para outros homens, as mulheres que desejam “ter” o falo para outras mulheres, as mulheres que desejam “ser” o falo para outras mulheres, homens que desejam tanto “ter” como “ser” o falo para outros homens em um cenário no qual o falo se desloca não só entre as modalidades de ter e ser, mas entre parceiros dentro de um circuito volátil de troca, homens que desejam “ser” o falo para uma mulher que o “tem”, mulheres que desejam “ter um falo” para um homem que o “é”. (BUTLER, 2019b, p.181).

Esse rol de normas, leis e ameaças de punição, atestam a condição não original da heterossexualidade que para se estabelecer precisa previamente proibir outras possibilidades de organização da sexualidade. Entretanto, as proibições por muitas vezes falham em engendrar o corpo dócil e submetido às leis que almeja. Em relação a isso, Butler (2019a) cita a performance da *drag queen*, pois brinca com a distinção entre a anatomia do performista e a performance, aqui se coloca em jogo três dimensões da corporeidade: o sexo

anatômico, a identidade de gênero e a performance de gênero: “no lugar da lei da coerência heterossexual, vemos o sexo e o gênero desnaturalizados por meio de uma performance que confessa sua distinção e dramatiza o mecanismo cultural da sua unidade fabricada”. (BUTLER, 2019a, p.238).

Nessas relações arbitrárias se revelam as possibilidades de subversão e transformação do gênero: supondo que o gênero seja a repetição de uma *performance* e essas relações trazem à luz uma incapacidade de repetir que exacerba a construção fabricada do gênero. Revela, portanto, a fluidez das identidades, que estão abertas a constante resignificação e recontextualização. Logo, o gênero para Butler, se pauta em uma temporalidade social constituída e passível de mudança: “o gênero não deve ser construído como uma identidade estável ou um *locus* de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuamente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos” (BUTLER, 2019a, p.242).

Devemos considerar as possibilidades de gênero fluído: indivíduos que não se identificam com uma única possibilidade de gênero, transitando entre as identidades durante a vida. Essa fluidez pode ser constante ou não; pode ocorrer várias vezes ou apenas uma vez. Araujo, Melo e Muniz, definem o gênero fluído consistindo:

Em uma trajetória identitária pautada na não estaticidade do gênero, alargando a mutabilidade de sua identidade e propondo que, ao longo da vida – com maior ou menor frequência – podemos nos identificar com diferentes gêneros (ou com nenhum dos constructos sociais binários ou não-binários do gênero) e que isso não é um empecilho, e sim mais uma possibilidade. (ARAUJO, MELO e MUNIZ, 2018, p.68).

Mas então como definir a mulher considerando essas novas abordagens? Butler (2019b) afirma que a categoria mulher não precisa ser inutilizada por ser feita sua desconstrução, mas que seu uso se abre para outras significações. Este movimento é sempre corrente não podendo ser previstas as novas significações de antemão. Piscitelli (2002) argumenta que há uma desconexão entre formulações teóricas e ativismo, mas há uma relação entre a teoria social e os interesses feministas.

Linda Nicholson (2000) oferece uma definição de mulher como sujeito político, propondo que se deve procurar o que é socialmente

compartilhado ao mesmo tempo em que se deve procurar onde esses padrões falham. Portanto, pensar em mulheres, em contextos específicos:

Pensarmos o sentido de “mulher” como capaz de ilustrar o mapa de semelhanças e diferenças que se cruzam. Nesse mapa o corpo não desaparece; ele se torna uma variável historicamente específica cujo sentido e importância são reconhecidos como potencialmente diferentes em contextos históricos variáveis. (NICHOLSON, 2000, p.36).

Para Nicholson (2000, p.37), a política feminista poderia ser pensada como política de coalizão interna: partindo de uma lista de reivindicações que levam em conta as diferentes necessidades dos grupos que ali se articulam, ou reivindicações que em determinado nível abstrato abranjam uma diversidade, ou ainda reivindicações específicas que diferentes grupos podem pleitear por um espaço de tempo; reconheceria o caráter diferenciado das mulheres que participam de modo que o próprio termo “mulher” não necessitaria de uma definição específica e fixada.

Considerações finais

A categoria mulher já se referiu a todos os seres humanos nascidos com anatomia de “fêmea”, mas Beauvoir explicou o que torna um ser humano “mulher”: participar de uma condição socialmente construída e politicamente investida. As feministas negras mostraram que “as mulheres” são diferentes – em função de sua classe, raça, nacionalidade, etnia, entre outras variáveis, que geravam diferentes formas de vivenciar a opressão e exigiam formas de luta emancipatórias diferenciadas. Butler mostrou que os sexos tanto quanto os gêneros são construções sociais, culturais e políticas. Pesquisas sobre a fluidez de gênero mostram que é possível que uma pessoa vivencie a própria sexualidade e gênero de modo flexível e não se enquadre em uma categoria identitária.

A categoria “mulher” começou por ser definida em relação ao “ser”, mas categorizar um grupo como sujeito uno se tornou problemático, porque muitas vezes, excluía quem promete emancipar. As teorias contemporâneas caminham no sentido de não mais categorizar a mulher enquanto ser, mas como um sujeito político, dentro de lutas específicas. Não obstante, mulher como sujeito político, também apresenta seus contratempos: diversas

identidades e subjetividades existem e interagem entre si e abrem espaços para novos formatos (não identitários) existirem.

Seria possível pensar a categoria “mulher” como base para a luta política sem cair em exclusões – por exemplo – de pessoas de gênero fluído, que podem ora se identificarem como mulheres, ora como homens e, ainda por vezes, como nem um e nem outro? E as mulheres transgênero, que nascem com anatomia de macho, mas se identificam com a identidade feminina? E os homens transgênero, que nascendo com anatomia de fêmea passam a se identificar com a identidade masculina? E ainda, as pessoas que não se enquadram em nenhum dos moldes e se definem como não-binárias? Entrariam também estas pessoas no sujeito político do feminismo?

Tais questões sugerem que existem hoje novos desafios para a luta feminista, novas formas de ser mulher – ou se tornar mulher – que não estavam previstas pelas teorias que partiam da “identidade” para organizar as lutas políticas. Existem também novas tecnologias e formas de resistir e organizar a luta. As reflexões que apresentamos aqui visam apenas contribuir com o debate em âmbito acadêmico: as soluções políticas não serão geradas na teoria (nem na academia), mas na prática.

Referências

ARAUJO, Luana; MELO, Matheus; MUNIZ, Levi. Tecendo uma possível trajetória para entender os estudos de gênero e os gêneros fluídos: ponderações a partir da performance de um casal não-binário “Sopa de gênero e a destruição prédios”. *Árkesis*: São Carlos, v.7, n. 2, p. 62-75, jul./dez. 2018.

ARUZZA, C; BHATTACHARYA, T; FRASER, N. **Feminismo para os 99% um manifesto**. São Paulo: Boitempo. 2019.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a. 1 v.

_____. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b. 2 v.

_____. **Por uma moral da ambiguidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 26, p. 329-376, jan./jun. 2006

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019a.

_____. **Corpos que importam**: os limites discursivos do “sexo”. São Paulo: N-1 edições; Crocodilo Edições, 2019b.

COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Cadernos Pagu**: Campinas, n. 19, p. 59-90, 2002.

CYFER, Ingrid. Afinal, o que é uma mulher? Simone de Beauvoir e “a questão do sujeito” na teoria crítica feminista. **Lua Nova**: São Paulo, n. 94, p. 41-77, 2015.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Cidade: Plataforma Gueto, 2013.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Dossiê desigualdades e interseccionalidades**: Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, jul./dez 2015.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

LOIS, Cecilia Caballero; TAVARES, Ligia Maria. A política sexual de Kate Millett. In: **Mulheres, desigualdade e meio ambiente** [recurso eletrônico] / org. Caroline Ferri, Ana Maria Paim Camardelo, Mara de Oliveira. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2017.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**: São Paulo, v. 8, n. 2, 2000.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher. In: **A prática feminista e o conceito de gênero**. Textos didáticos. Campinas, n. 48, nov. 2002

_____. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**: Goiás. v. 11, n. 2, p. 263-274, jul./dez 2008.

PULEO, Alicia. Lo personal es político: el surgimiento del feminismo radical. **Teoría Feminista** - de la ilustración a la globalización. Madrid: Minerva, v. 2, p. 18-32, 2005.

SARDENBERG, Cecilia M. B. O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. **Inc. Soc.** Brasília, v. 11, n. 2, p. 15-29, jan./ jun. 2018.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. Feminismo radical: pensamento e movimento. **Textura**. Cruz das Almas, ano 3, n. 1, p. 24-34, Jan./Jul., 2008.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e Minorias. **Lua Nova**: São Paulo, n. 67, 2006.